

O SABER COM SABOR DE PODER

No momento atual da vida social, política e econômica, a complexidade em todos os setores da atividade humana, como no campo econômico, tecnológico, industrial, agroindustrial, educacional, de comunicações, de saúde, nas relações internacionais e outros exigem uma soma crescente de conhecimentos e informações.

As sociedades atuais são sociedades tecnológicas, onde o processo decisório cada vez mais afasta-se de um "centro" para uma pluralidade de "centros" de decisão, tendo em vista a especificidade dos assuntos objeto das decisões.

Essa fragmentação do conhecimento determinada pelo avanço do processo tecnológico subverte o conceito tradicional do poder e da ação política.

Se de um lado a utilização da técnica visa melhorar as condições objetivas de vida da humanidade, de outro ela tem se convertido no instrumento moderno de dominação da sociedade.

O poder político utiliza a técnica para deter o maior número de informação e conhecimento da realidade social e seu funcionamento, e conseqüentemente para instrumentar sua estratégia de dominação e controle da sociedade.

As empresas utilizam-se da técnica para ampliar seus ganhos, produzindo mais produtos em menos tempos, ao mesmo tempo em que buscam pela técnica apresentar novos produtos para aumentar sua participação nos mercados.

VILSON SOUZA
MESTRANDO CPGD/UFSC
DEPUTADO FEDERAL (PMDB)

Os avanços tecnológicos produzidos nos organismos de pesquisa privados ou de governos, rapidamente são absorvidos pelas grandes corporações para ampliar sua presença nos mercados e seus lucros* Assim, as pesquisas e conquistas na área de saúde e da medicina, se num primeiro momento têm como fundamento a busca da cura, imediatamente são absorvidas pelo processo de comercialização.

A ciência não está mais a serviço do homem, de forma neutra, e sim, utiliza-o como instrumento de consumo no processo econômico, e de súbito no processo político,

Subverte-se o conceito tradicional de economia e os fundamentos da ciência. Não é o homem o centro das atenções e preocupações da atividade política, econômica e tecnológica, e sim, a dominação e o lucro. Vive-se uma sociedade profundamente doente.

Como isso acontece precisa ser pesquisado e analisado.

O poder político sempre esteve a serviço de uma oligarquia, dominada por interesses econômicos, visando à dominação da sociedade, como meio de explorá-la em favor desses interesses.

Com o desenvolvimento do conhecimento técnico e sua absorção ou utilização pelas empresas, estes interesses passaram a estar representados diretamente nos diversos aparelhos do Estado, sem mais necessitar da intermediação política.

À medida que cresceu a utilização da técnica, aumentou consideravelmente a produção de bens econômicos e conseqüentemente as operações econômicas nas sociedades. Esse crescimento se dá em meio aos postulados de um Estado liberal, supostamente ausente e afastado da intervenção e do processo econômico.

No entanto, como em face a esta multiplicidade de atividades e dos novos reclamos o mercado já não se convertia no instrumento ideal para regulação das trocas e de supridor das necessidades econômicas, assiste-se à queda ou falência do Estado liberal no final da Década de 20.

Surge Keynes na Economia, Weimar no Constitucionalismo e Roosevelt: na política, que, pregando ideais humanistas, defendem a intervenção crescente do Estado na Economia e na Sociedade. Em nome do bem-estar coletivo, adiam a revolução e reciclam o capitalismo. O regime econômico em que vivemos é nitidamente um capitalismo em que o Estado torna-se o grande empresário, o capitalista coletivo, permitindo e reforçando, através das alianças do bloco no poder, a dominação econômica pelos grandes monopólios e oligopólios que dominam a humanidade. Nesse regime, uti-

lizando-se da linguagem freudiana, o bem - estar coletivo é o sentido manifesto do discurso liberal, que encobre o lucro, o poder e a dominação que compõem o seu sentido latente.

Mais do que nunca torna-se importante a lembrança do filósofo alemão do século passado, de que é necessário ver nas aparências aquilo que se esconde na essência.

Essa pseudo concreticidade de fala Karel Kosík, encobre na verdade toda a trama da dominação, do poder e do lucro que marca a sociedade em que vivemos.

Tal qual a linguagem do sonho, não podemos permitir que o discurso liberal na sua aparente coerência retórica, nos encubra o seu traço perverso contido na sua função de dominação, e de exploração de toda sociedade. Lembro com HABERMAS, que já não se trata mais da dominação de uma classe (o proletariado) mas de toda a espécie humana, hoje veiculada e exercida pela ideologia tecnocrática, a serviço dos grandes interesses econômicos.

A situação torna-se ainda mais dramática ao se examinar o quadro político e econômico no interior do Estado.

Esta complexidade técnica que transformou o Estado numa grande rede de organismos decisórios em áreas especializadas, contribui para que o processo de decisão em todos os níveis se complemente de forma fragmentada, sem unicidade e sem um comando único. O conjunto de decisões no Estado se dá por uma lógica irracional, aparentemente contraditória, mas que tem como objetivo único reforçar os instrumentos e meios de controle social e a dominação econômica.

E estas decisões processam-se numa linha infra-legislativa, no interior dos órgãos do Executivo. A distribuição da renda e do trabalho não depende mais do legislativo, e sim, dos "decretos" dos economistas do executivo. Os subsídios e incentivos obedecem ao mesmo princípio. As decisões dos grandes investimentos e a quem eles vão beneficiar pertencem aos técnicos do governo. As escolas e universidades, como reprodutores do saber oficial e formadoras de mão de obra e de quadros para a tecnocracia estatal e privada, são os órgãos de sustentação do sistema.

O processo inflacionário como instrumento de superação do conflito distributivo e da concentração de rendas é orquestrado habilmente pelos economistas a serviço do poder.

O favorecimento à formação dos monopólios, oligopólios e cartéis privados, embora proibidos por lei, resulta da ação manifesta dos técnicos nas diversas áreas do governo.

A transferência de rendas como extração da mais-valia global, em favor dos grupos privados e transnacionais é executada impunemente, através de múltiplos mecanismos e expedientes pela tecnocracia estatal

Da mesma forma, em que pesem os discursos de intenção de defesa da soberania, são os técnicos do governo que implementam o processo da transferência de poupança interna para os países centrais, e são estes mesmos tecnocratas que submetem toda nação ao jogo pesado da dominação econômica com a abertura do mercado ao capital transnacional.

E por que isso acontece na vigência de um suposto estado democrático, em que um Congresso livremente eleito pela nação é o órgão de fiscalização e controle dessa atividade de governo?

Acontece porque os representantes populares, cooptados dos mais diversos cantos do país, setores de atuação e ramos do conhecimento, em verdade são desprovidos das informações mínimas sobre as diversas áreas de ação do Estado, e assim, na ignorância coletiva, permitem que os técnicos, a serviço dos interesses econômicos, substituam-nos no processo decisório.

O Parlamento por isso, vê suas funções legislativas serem esvaziadas e mais, torna irrevogável o deslocamento do eixo decisório para os diversos órgãos do executivo, onde hoje estão representados os grandes interesses econômicos privados.

Não é por nada, que um país com o grau de complexidade econômica industrial do Brasil, o Parlamento não represente a grande burguesia industrial, e sim, reflita ainda uma sociedade predominantemente rural.

Foi a UDR e não a FIESP a grande estrela e financiadora das eleições, e são de seus quadros a maior representação na constituinte, daí porque não será de estranhar-se se tivermos uma constituição atrasada, em defasagem com o país real, e predominantemente tuteladora do latifúndio e dos pecuaristas.

Torna-se evidente que o Brasil precisa urgentemente de transformações profundas na sua estrutura econômica, agrário-fundiária e política, mas não a conseguiremos, enquanto o Congresso não deixar de ser uma grande Câmara de Vereadores Federais, e suas lideranças, provincianos tuteladores de interesses locais, com a visão que não passa do prato de onde se alimentam.